Notificação da PSP ou da GNR em Braga: quando chamar um advogado criminal Uma carta da PSP ou da GNR a pedir comparência num determinado dia e hora deixa muitas pessoas inquietas, sobretudo quando o documento é pouco explícito sobre o motivo. Em Braga, estas notificações chegam tanto de esquadras da cidade como de postos territoriais em concelhos vizinhos, e o primeiro passo é ler o documento com calma e perceber em que qualidade se é chamado. Só depois faz sentido decidir se é necessário um advogado criminal e em que momento. A notificação pode convocar alguém como testemunha, como arguido, ou para ser ouvido num processo cujo **honorários de advogado criminal** enquadramento ainda não está definido. A diferença é grande. A testemunha tem o dever de responder com verdade e pode fazer-se acompanhar de advogado. O arguido tem direito ao silêncio e a ser assistido por defensor. Em muitos casos, o documento indica o NUIPC, o número único de identificação do processo-crime, que permite ao advogado perceber a natureza da investigação antes da diligência.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

Há sinais que justificam falar com um advogado criminal em Braga antes de comparecer: quando a pessoa suspeita que pode vir a ser constituída arguida, quando o processo envolve familiares ou colegas de trabalho, quando há conflito com a parte contrária, ou quando simplesmente não percebe o que lhe está a ser pedido. Uma conversa prévia permite preparar o que dizer, o que não dizer e que documentos levar, se for caso disso. Faltar sem justificação a uma notificação regular não é boa ideia, porque pode gerar consequências e transmitir uma imagem de falta de colaboração. Se a data for incompatível, o caminho certo é comunicar e pedir reagendamento, de preferência por escrito ou através do advogado. Também convém guardar a notificação original, com o envelope, porque a data de receção pode ser relevante. Pequenos cuidados destes evitam complicações desnecessárias num processo que ainda está no início. Uma situação frequente é a da pessoa que recebe a notificação e decide telefonar para a esquadra para perceber do que se trata. A conversa parece inofensiva, mas pode acabar por antecipar explicações que deveriam ser dadas no momento próprio e com acompanhamento. É preferível que o pedido de informação seja objetivo, limitado ao essencial, ou que fique a cargo do advogado. Assim, a pessoa chega à diligência a saber o que esperar e sem ter dito mais do que devia. A QUOR Advogados pode acompanhar clientes em diligências na PSP, na GNR e na Polícia Judiciária, em Braga e no resto do distrito. O escritório fica na Praça da República n.º 7, 3.º Andar, e responde a pedidos de contacto em 24 horas úteis. Uma consulta inicial de 70€ serve para analisar a notificação e definir um plano. Telefone: +351 939 709 888, com atendimento das 9h às 18h.

888 FAQ:

Advogado Criminal em Braga Quanto custa a primeira consulta com um advogado criminal em Braga? Na QUOR Advogados, a consulta inicial tem um valor fixo de 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser feita presencialmente na Praça da República n.º 7, em Braga, ou online por videochamada. Se o cliente decidir avançar, recebe um orçamento claro antes de qualquer trabalho. O que fazer se um familiar for detido em Braga? O primeiro passo é saber onde a pessoa está e contactar um advogado o mais cedo possível. O arguido detido tem de ser presente a um juiz no prazo máximo de 48 horas, e é nesse interrogatório que se decidem as medidas de coação. O escritório da QUOR em Braga presta atendimento rápido em detenção, das 9h às 18h, pelo +351 939 709 888. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser informado dos factos e a ser assistido por defensor. A QUOR Advogados explica esses direitos, prepara o interrogatório e define a linha de defesa, sempre com linguagem clara e sem jargão. Qual é o prazo para apresentar uma queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados responde a pedidos de contacto em 24 horas úteis para que nenhum prazo se perca. A QUOR Advogados representa vítimas ou apenas arguidos? Representa ambos: «Representamos quem é vítima. Defendemos quem é acusado.» Em Braga, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha vítimas como assistentes, incluindo em casos de violência doméstica e crimes contra pessoas. A equipa trata também a queixa-crime e o pedido de indemnização civil. Fui vítima de burla MB WAY. Ainda é possível recuperar o dinheiro? Depende de cada caso, e nenhum advogado pode prometer a recuperação. O essencial é contactar o banco de imediato, guardar todas as conversas e comprovativos e apresentar queixa. A QUOR Advogados analisa se há fundamento para exigir ao banco a reposição dos valores e acompanha o processo penal e o pedido de indemnização. É possível evitar a prisão preventiva? A prisão preventiva é a medida de coação mais grave e deve ser excecional. A defesa pode propor alternativas como caução, apresentações periódicas, proibição de contactos ou OPHVE, fundamentadas com elementos sobre a vida do arguido. A QUOR Advogados tem uma área dedicada à legalidade, prazos, alternativas e recurso da prisão preventiva, e cada caso é analisado individualmente. Posso fazer a consulta online se não estiver em Braga? Sim. A QUOR Advogados realiza consultas por videochamada em qualquer parte de Portugal e no estrangeiro, com o

mesmo valor de 70€ e o mesmo sigilo profissional. Os documentos podem ser enviados em formato digital antes da reunião, em linha com o lema «Justiça Ecológica. Menos Papel e Mais Planeta.» Qual é o horário de atendimento do escritório de Braga? O escritório da Praça da República n.º 7, 3.º Andar, atende das 9h às 18h, pelo telefone +351 939 709 888. Fora desse horário, é possível escrever para info@quor.pt com o nome, o contacto e um resumo da situação. A equipa compromete-se a responder em 24 horas úteis. A QUOR acompanha processos fora da cidade de Braga? Sim. A equipa acompanha processos em todo o distrito, incluindo Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Vila Verde, Amares e Fafe. A QUOR tem ainda escritórios no Porto e em Esposende, e as consultas por videochamada facilitam o acompanhamento à distância pelo mesmo advogado. Como tratar do registo criminal ou cancelar averbamentos? O certificado de registo criminal pode ser pedido online em registocriminal.justica.gov.pt, com Cartão de Cidadão ou Chave Móvel Digital, e é válido por três meses. A QUOR Advogados ajuda a consultar, obter e interpretar o registo, e avalia se existe fundamento para pedir o cancelamento de averbamentos. Os requisitos e prazos legais variam, por isso cada situação é analisada individualmente. Quem acompanha os processos criminais na QUOR em Braga? Em Braga, a Dra. Paula Pratinha atende presencialmente e acompanha sobretudo vítimas, e o Dr. David Silva tem presença regular no Tribunal Judicial de Braga, com foco em julgamento, legalidade da prova e recursos. Na equipa da QUOR, a Dra. Inês Azevedo trabalha em urgências, primeiros interrogatórios e medidas de coação. Cada cliente é acompanhado pelo mesmo advogado ao longo do processo.